



ARQUITETURA MODERNA EM SÃO JOÃO DEL-REI: resistência e persistência em meio ao patrimônio colonial

Eixo Temático História e Historiografia da Arquitetura e do Urbanismo Modernos no Brasil

Liziane Peres Mangili

Doutora em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo – USP. Professora adjunta do Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Artes Aplicadas – DAUAP, Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ.
liziane.mangili@ufsj.edu.br

Matheus Nascimento Nogueira

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de São João del-Rei, UFSJ.
nogueiranmatheus@gmail.com

Resumo:

Este trabalho analisa como se deu a implantação de exemplares da arquitetura moderna na cidade de São João del-Rei (MG), primeira cidade brasileira tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Reconhecida pelo seu rico acervo de arquitetura colonial barroca, a cidade, por não ter passado por períodos de estagnação econômica como as demais cidades mineiras tombadas, possui em sua paisagem diversos estilos arquitetônicos, entre os quais o moderno. O estudo da implantação dessa arquitetura revela relações de poder em torno do patrimônio histórico e do desejo de modernização de alguns grupos locais, gerando conflitos entre agentes progressistas e preservacionistas. A pesquisa em fontes documentais - arquivo de processos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da Prefeitura Municipal, periódicos locais publicados no período e fotos dos acervos do IPHAN e do Museu Regional de São João del-Rei - permitiram a identificação de tais conflitos, bem como das posturas dos órgãos de preservação em relação à implantação e preservação da arquitetura moderna, além da identificação de agentes construtores da cidade.

Palavras-chave: Arquitetura moderna; arquitetura colonial; patrimônio colonial; São João del-rei.

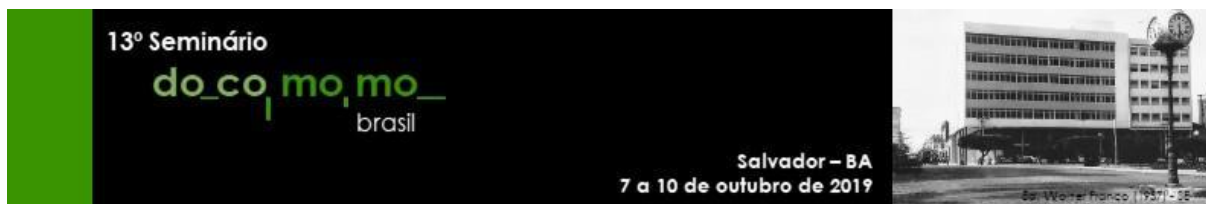
Abstract:

This work analyses how occurred the implantation of modern architecture in the city of São João del-rei (MG), the first Brazilian city to be registered by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN). Recognized for its rich collection of Baroque colonial architecture, this city, that has not passed by periods of economic stagnation, like the other cities of Minas Gerais, has in its landscape several architectonic styles, among which the modern one. The study of the implantation of this architecture reveals power relations around heritage and the desire for modernization of some local groups, generating conflicts between progressive and preservationists agents. The research on



documentary sources - process files of IPHAN and of the City Hall, local newspapers published in the period, photos of IPHAN collections and of the Regional Museum of São João del-rei - allowed identification of such conflicts, as well as the positions of the preservation agencies in relation to the implantation and preservation of modern architecture, as well as the identification of construction agents of the city.

Keywords: *Modern architecture; colonial architecture; colonial heritage; São João del-rei.*



ARQUITETURA MODERNA EM SÃO JOÃO DEL-REI: resistência e persistência em meio ao patrimônio colonial

Este trabalho analisa como se deu a implantação de exemplares da arquitetura moderna na cidade de São João del-Rei, a primeira cidade brasileira com *Conjunto Arquitetônico e Urbanístico* tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹. Devido a esse tombamento, a cidade é nacionalmente reconhecida (e conhecida) por seu rico acervo de arquitetura colonial barroca e rococó.

Diferentemente de suas contrerâneas tombadas na mesma década, como Ouro Preto, Tiradentes, Mariana e Diamantina, São João del-Rei não passou por longos períodos de estagnação econômica. Esse processo é visível em seu casario e em seu traçado urbano: lê-se com facilidade as diversas “épocas” por que passou, ilustradas pelos estilos arquitetônicos colonial, imperial, eclético e modernista. Dentre os exemplares de arquitetura moderna presentes na cidade, estão o edifício do Correios e Telégrafos, o Clube Athletic, o Conservatório Estadual de Música Padre José Maria Xavier, e vários outros de tipologia residencial.

A presença da arquitetura moderna em São João del-Rei diz mais que o gosto pelo estilo; tendo em vista que a arquitetura moderna se populariza como afirma Lara (2018) principalmente após a construção da Pampulha e de Brasília nas décadas de 1940 e 1960 respectivamente: revela relações de poder em torno do patrimônio histórico. Isso torna seu estudo duplamente relevante: tanto como meio de introduzir a cidade nesse circuito historiográfico (e não só na historiografia relativa à arquitetura colonial barroca), como possibilidade de estudar as resistências dos órgãos de preservação em reconhecer os diversos momentos culturais da cidade.

A recusa dos órgãos patrimoniais na aceitação de estilos arquitetônicos diferentes do colonial – mesmo que para novas edificações nas áreas de entorno aos conjuntos tombados – é tema que vem sendo estudado. No concernente a São João del-Rei, Dias (2017) revela que as edificações em estilo eclético da cidade foram sendo alteradas e convertidas em estilo “colonial”. Guimarães (2016, p. 5), por sua vez, mostra que as transformações na arquitetura são-joanense ao longo do tempo “criaram composições híbridas, que não apresentam correspondência plena com características estilísticas usualmente praticadas”. Vários casos de alterações, analisados pelo autor, foram advindos de orientações do IPHAN.

Diante desse quadro, onde prevalecem os recortes de análise sobre a arquitetura de estilo eclético, essa pesquisa objetivou uma complementação na historiografia, debruçando-se sobre a produção da arquitetura moderna em São João del-Rei. As perguntas que a pesquisa colocou foram: a aprovação dos exemplares de arquitetura moderna existentes na cidade, junto ao IPHAN, deu-se de maneira ordinária ou também houve resistência? Essas edificações foram construídas conforme o projeto original, ou houve adaptações propostas pelo IPHAN? Para além dessas perguntas iniciais, a pesquisa permitiu, ainda que de forma embrionária, a identificação dos agentes construtores da cidade e de sua imagem, bem como os conflitos resultantes da implantação da arquitetura moderna em São João del-Rei, aqui relatados.

¹ Inscrição 001, Volume 1, em 04/03/1938. Até então, apenas a cidade de Ouro Preto era considerada monumento nacional, antes mesmo da criação do IPHAN. O tombamento de Ouro Preto foi feito por meio do decreto federal n. 22.928 de 12/07/1933.



Para a identificação dessas “resistências e persistências”, partiu-se inicialmente de um inventário de varredura e consulta ao trabalho de Abreu, Dias e Silva (2016), tendo como recorte o centro histórico de São João del-Rei, conforme as delimitações dos perímetros de tombamento definidos pelo IPHAN e pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (CMPPC), e arredores da Avenida Tiradentes, por ser esta uma via aberta na década de 1950 após a retificação do perímetro de tombamento federal e corresponder a um período de modernização da cidade. Após a listagem dos exemplares de arquitetura moderna presentes no território delimitado, realizou-se consulta sobre os mesmos junto ao Arquivo Municipal de Processos da Prefeitura Municipal de São João del-Rei, ao arquivo do Escritório Técnico do IPHAN na cidade e ao arquivos do CMPPC, para levantamento dos processos de construção e reforma e respectiva aprovação junto a esses órgãos, bem como dos pareceres dos devidos órgãos e das peças gráficas existentes. Paralelamente, foi realizada pesquisa no acervo iconográfico do Museu Regional de São João del-Rei, e em periódicos locais (“Diário do Comércio” e “O Correio”) no arquivo da Biblioteca Pública Municipal.

Este artigo está estruturado em três partes, além desta introdução e das conclusões. Na primeira, exploramos os significados da arquitetura moderna para além do estilístico. Na segunda, explicitamos os anseios de alguns grupos pela modernização da cidade. Por fim, mostramos a postura do IPHAN diante da arquitetura moderna, por meio da análise de três estudos de caso.

Significado da arquitetura moderna para além do estilo

A produção da arquitetura moderna está vinculada com um momento político-econômico muito relevante do século XX. Tem-se nesse momento o advento de novas tecnologias, popularização de novos meios de locomoção - que de certa forma influenciam na produção do espaço de nossas cidades, a forma de produção e consumo capitalista, a abertura democrática de algumas nações, entre outros fatores e eventos que permitem entender o contexto de produção dessa arquitetura e sua importância enquanto marco histórico e cristalização de ideais e práticas políticas, econômicas e sociais.

A relevância e a amplitude desse momento histórico ultrapassam as barreiras arquitetônicas, como afirma Jokilehto (2003, p. 109 apud MOREIRA, 2011, p. 155): a “Modernidade não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e é expressa em uma variedade de formas. E esta pluralidade de expressões que representa nossas culturas contemporâneas e que forma nosso patrimônio recente”.

A propagação da modernidade possibilitou a produção de arquitetura em várias partes do mundo e no Brasil não foi diferente; há importantes obras arquitetônicas e ou urbanísticas que inclusive após a sua construção foram tombadas, como a Igreja de São Francisco de Assis na Pampulha (tombada em 1947) e Brasília (tombada em 1990). Essa produção se popularizou indo para locais até então afastados e sendo produzida por arquitetos não renomados; passando a marcar a história urbana dessas cidades.

A arquitetura moderna no Brasil vem sendo estudada desde a década de 1970 (CAMARGO, 2012), mas com maior ênfase após a criação do Docomomo Brasil². Obras de arquitetura moderna representam uma importante produção mundial e, devido às causas pelas quais

² International working party for **documentation** and **conservation** of buildings, sites and neighborhoods of the **modern movement**, segundo a definição disponível no sítio web da organização: docomomo.org.br. Trata-se de uma rede de pesquisadores interessados na preservação e divulgação de obras de arquitetura, paisagismo e urbanismo modernos, criada internacionalmente em 1988 e no Brasil em 1992.



seus expoentes lutavam, constituem-se também como obras de resistência e de busca por uma cidade mais igualitária para seus habitantes.

Para o Brasil, a arquitetura moderna tem especial importância, uma vez que foi responsável por projetar o país internacionalmente, em um momento político em que se buscava divulgar a imagem de um país forte e em pleno desenvolvimento. Essa arquitetura afirma-se como linguagem nacional a partir dos anos 1930 e consagra-se nas décadas de 1940 e 1960, principalmente a partir da exposição do Pavilhão Brasileiro projetado por Lucio Costa e Oscar Niemeyer na Feira Mundial de Nova Iorque de 1939-1940, da publicação do catálogo *Brazil Builds* organizados pelo Museu de Arte Moderna (MoMA) de Nova York em 1943, e dos números especiais dedicados ao Brasil nas revistas europeias (Xavier, 1987 apud SEGAWA, 1999, p. 107), além da construção de Brasília.

As características formais da arquitetura moderna rapidamente se espalharam pelo país, tanto por meio de obras assinadas por engenheiros e arquitetos, quanto pela autoconstrução, entendida não apenas como o “fazer pelas próprias mãos”, mas pelo fato dos proprietários, com ajuda de empreiteiros e mão de obra pouco qualificada, projetarem as próprias casas. É comum, em qualquer cidade brasileira, encontrar-se marqueses de concreto armado apoiadas em esbeltos pilares em “V”, a la Oscar Niemeyer; rampas serpenteantes de acesso à residências; edificações com pilotis e com o térreo livre (ou parcialmente livre); janelas em fita (amplas e dispostas horizontalmente nas fachadas), telhados “borboleta” ou a “predominância de um volume trapezoide assimétrico formado por um telhado inclinado para dentro, em contraste com o telhado de duas águas de uma casa tradicional” (LARA, 2018, p. 78).

Este “modernismo vernacular”, conforme definido por Fernando Lara (2018), no Brasil deu-se tanto nas edificações institucionais quanto nas residenciais e, nesta tipologia, estendeu-se entre todas as classes sociais, sendo a classe média o elemento disseminador, para as classes mais baixas, da imagem que a arquitetura moderna representava. Assim como a arquitetura moderna servia de instrumento para criação de uma identidade nacional - juntamente com a constituição do campo patrimonial no Brasil - no âmbito popular teve a mesma função:

O aumento do poder político e de consumo da classe média no Brasil dos anos 1950 traz à tona a questão da individualização. A classe média brasileira não só lutava para estabelecer uma nova identidade que representasse seu novo lugar na sociedade, mas também queria participar da nova cultura universal e moderna que estava sendo promovida pela mídia. Os mais pobres seguiram os mesmos passos e encontraram nas lajes e colunas de concreto armado sua própria estratégia de acesso à modernidade. (LARA, 2018, p. 104-105).

Em São João del-Rei, os anseios pela identidade e modernização, sobretudo da classe política e econômica local, chocaram-se com as determinações dos órgãos de patrimônio, sobretudo do IPHAN, para preservação do conjunto tombado. Os diferentes posicionamentos e embates acerca da implantação de edificações modernas na cidade revelam diferentes concepções de patrimônio e de identidade, ressaltando a função simbólica e política da arquitetura moderna.

São João del-rei, “cidade moderna e progressista”

A fundação de São João del-Rei ocorre em decorrência da exploração aurífera no século XVIII. A cidade possuía tanta importância no período que chegou a ser cabeça da Comarca do Rio das Mortes. O declínio do ouro fez com que as cidades que estavam diretamente



ligadas à extração do mineral entrassem em declínio; contudo, São João se mantém ativa economicamente por meio do comércio de gêneros alimentícios para a capital e para outras partes do império (GUIMARÃES, 2016). No século XIX, a cidade se caracterizava como importante polo de influência política e econômica de Minas Gerais, dinamismo que foi “fomentado pela sua posição de centro administrativo, comercial atacadista e financeiro” (TAVARES, 2012, p. 25).

A proximidade com a capital do período (Rio de Janeiro) possibilitou que a cidade mineira se tornasse um entreposto comercial com formação de certa elite econômica (em primeiro momento, e política, depois). Essa mesma elite fez investimentos na cidade sob várias formas; importante ressaltar os que tangem à atividade industrial e à modernização da paisagem urbana:

No final do século XIX, em uma conjuntura de diversificação da economia, tais negociantes converteram parte de suas riquezas acumuladas na industrialização da cidade [...].

A peculiaridade econômica de São João del-Rei repercutiu também na sua formação urbana e, além das indústrias, tais negociantes aplicaram também parte de seus capitais na construção de imóveis luxuosos de padrões estéticos franceses, como os de estilo eclético (TAVARES, 2012, p. 25).

No final do século XIX e início do século XX São João del-Rei passou por um processo modernizador que originou uma série de melhoramentos urbanos. A construção do ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II em 1881 sob o nome de Estrada de Ferro Oeste de Minas (EFOM), contemporaneamente ao processo de industrialização do final do século XIX, possibilitou a expansão do tecido urbano da cidade em direção, principalmente, para a região dos bairros Fábricas e Matozinhos (PEREIRA, 2009).

Os processos econômicos ocorridos na cidade possibilitaram a produção de diversos estilos arquitetônicos e tipologias, tendo no seu acervo edificações coloniais, imperiais, ecléticas e art déco, demonstrando assim as vontades de inovação e modernização da elite local ao construir na cidade o tempo presente vivido.

No século XX, o capital político, que em âmbito local estava ligado ao capital financeiro, ganha projeção estadual e nacional na pessoa de Tancredo Neves (o *filho da terra*, como descrito pelos jornais locais). Nesse momento são construídas edificações em arquitetura moderna, com destaque para instituições estaduais (Conservatório de Música e Centro de Saúde) e federal (Sede dos Correios e Telégrafos).

Essa elite local, como mencionado, possuía interesses modernizadores sob a cidade, que geraram disputas entre esse grupo e o IPHAN, advindas de diferentes visões e expectativas sobre São João del-Rei. Cabe ressaltar que essa elite local era detentora de indústrias, comércio e também das construtoras e da imprensa local, que foi muito bem usada a favor da defesa de seus interesses. É o que deixa claro o presidente da Associação Comercial, Carlos Alberto Alves, ao responder ao jornal Diário do Comércio (25/04/1946), quando este realizou uma enquete sobre o que os leitores pensavam sobre o tombamento:

O tombamento da cidade, sem justificativa histórica e artística, é um crime de lesa-progresso, se assim se pode exprimir (...). O Patrimônio Histórico em São João, parece que se converteu em inimigo de seu progresso. (...) *O nosso desejo*, - o *desejo da cidade*, - é que se conservem aqui somente as pontes, as igrejas e um ou outro prédio de mérito artístico ou histórico. O resto deve escapar à ação do Patrimônio para se incorporar ao progresso da cidade, atualmente num ritmo acelerado. Que o Patrimônio Histórico e Artístico não se oponha ao nosso progresso e seja antes um fator de nosso bem estar é o que *eu e a cidade esperamos daquele departamento*. (ALVES, 1946 apud FLÔRES, 2007, p. 150, grifos nossos)



A Associação Comercial foi fundada em 1903 com o intuito de defender os interesses e as questões da classe comercial são-joanense; era denominador comum dos jornais e espaço de sociabilidade e de discussão política e filosófica (TAVARES, 2012). Importantes nomes da política de São João del-Rei, como também empresariais, compuseram os quadros da associação. Vale destacar o nome de Tancredo Neves, que ocupou cadeira na política nos três âmbitos federativos (São João del-Rei, Minas Gerais e Brasil), sendo consultor jurídico da Associação Comercial, além de um dos fundadores da construtora Companhia Interestadual de Melhoramentos e Obras S.A. (CIMOSA) (TAVARES, 2012).

Demonstra-se assim que tal associação possuía relevante papel nas representações sobre a cidade e no seu fazer, e sobre a opinião pública, já que produzia discurso e o divulgava. Nesse sentido, opunham-se constantemente, através do vasto uso da imprensa local, às demais cidades mineiras tombadas pelo IPHAN. Também empreendiam forte campanha contra o órgão de preservação, quando a conduta deste não ia ao encontro das suas aspirações.

Diversos trabalhos já relataram tais conflitos, oriundos de uma orientação mais conservacionista dos técnicos do IPHAN, por um lado, e um desejo de propagação de uma imagem de progresso para a cidade, dos agentes ligados a setores da indústria e comércio, por outro (Flôres, 2007; Pereira, 2009; Tavares, 2012; Andrade, 2013). Um dos mais emblemáticos ocorreu em torno da delimitação do perímetro de tombamento pelo IPHAN, em 1947, e cujo resultado repercutiu na expansão da cidade e na (re)produção de sua imagem.

Após negociações e disputas entre grupos da sociedade civil, políticos, Prefeitura Municipal e o IPHAN (PEREIRA, 2009; TAVARES, 2012), a delimitação final agradou aos empresários, pois liberou áreas para as transformações urbanas, principalmente as do lado direito do Córrego do Lenheiro, como mostrado no excerto abaixo:

Divide-a o correjo (sic) do Lenheiro, atravessado por varias (sic) pontes, duas das quais famosas: a da “Cadeia” e a do “Rosário”, construções de pedra, em arco triplice (sic) do mais puro estilo colonial. A cidade a esquerda do Lenheiro é antiga, a maioria das ruas, mesmo as dos bairro mais afastados, tombadas no Serviço do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional. O lado direito, porem (sic), consiste na cidade moderna onde a construção é livre e se encontram os novos bairros residenciais, com prédios da arquitetura atual. (Diário do Comércio, 03 fev. 1955, grifo nosso).

O empresariado são-joanense estava intimamente ligado à política, como afirmado anteriormente, tendo vários de seus empreiteiros filiados ao Partido Social Democrático (PSD), como os fundadores da CIMOSA (Companhia Interestadual de Melhoramentos e Obras S.A.) - Tancredo Neves (capital político), João Lombardi (capital financeiro), Luiz Baccarini, Moacir Gonçalves da Costa, Coronel Manuel de Almeida Neto, Aziz Elias e Major Antonio Otoni de Carvalho Sobrinho (FLÔRES, 2007; PEREIRA, 2009). Todos com claros interesses em expandir seus negócios da construção civil sobre a área agora não mais tombada.

Fica evidente que os processos de transformações urbanas na cidade ocorreram justamente na área excluída do perímetro delimitado pelo IPHAN, a convencionada margem direita do Córrego do Lenheiro. A maior parte dos exemplares de arquitetura moderna residencial (Tabela 1) identificados nesta pesquisa está localizada na Avenida Tiradentes – aberta entre 1940 e 1955 (PEREIRA, 2009), conforme consta na Figura 1. Em 1952, a Lei municipal nº. 235/1952, que autorizava a aquisição de imóveis para a abertura da avenida (PEREIRA, 2009), veio a reforçar esse caráter de transformação.



Figura 1: Mapa de localização das edificações modernas em São João del-Rei. Perímetro de tombamento federal (1947) em tracejado vermelho; no meio, em azul, o Córrego do Lenheiro; em amarelo a Avenida Tiradentes; ponto em laranja, o Conservatório Estadual de Música; ponto em roxo, o Centro de Saúde; e pontos rosa, as edificações modernas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir do perímetro de tombamento do IPHAN, e dos levantamentos de campo e no Arquivo Municipal de Processos.

A abertura da Avenida Tiradentes trouxe a possibilidade de modernização da cidade: ela, ampla e retilínea para a circulação do automóvel, arborizada e com lotes largos, possibilitaria a construção de edificações ventiladas e com insolação adequadas, verticalização e espaços para os carros nos lotes - em contraponto aos padrões construtivos e morfológicos de centro histórico colonial. De fato, é nela que se concentram as edificações modernas (Tabela 1).

Em relação à produção dessa arquitetura, verificou-se que ela ficou a cargo de poucos profissionais, engenheiros, ligados a construtoras locais e também inseridos nas secretarias de governo. Deu-se tardiamente, na segunda metade da década de 1950 e na década de 1960, conforme mostra a Tabela 1. Observa-se como a concentração de exemplares de arquitetura moderna dá-se em áreas não inseridas no perímetro de tombamento do IPHAN, delimitado em 1947: ela ocorre ao longo da Avenida Tiradentes e seus arredores (Figura 1).

Endereço	Ano	Projetista	Construtor
Av. Tiradentes, 174	1959	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
Av. Tiradentes, 174	1960	Eng. Civil - Luiz Natali Baccharini	Construtora Baccharini
Av. Tiradentes, 147	1961	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
Av. Tiradentes, 147	1963	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
R. Aureliano Mourão, 141	1960	Eng. Civil - Luiz Natali Baccharini	Construtora Baccharini
R. Maria Tereza, 137	1959	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
R. Maria Tereza, 137	1961	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
Av. Tiradentes, 308	1965/66	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
R. Com. Costa, 104	1965	Eng. Civil - José Norbeto Esteves	-
Av. Tiradentes, 537	1956	Eng. Arquiteto Ivo Porto de Menezes	Construtora Baccharini



Tabela 1: Projetos residenciais de arquitetura moderna em São João del-Rei

Fonte: elaborada pelos autores a partir dos levantamentos realizados no Arquivo Municipal de Processos da Prefeitura Municipal de São João del-Rei

Cabe também destacar que essa produção esteve a cargo de apenas três profissionais, com predomínio de projetos do engenheiro civil José Norberto Esteves. Nesse sentido, este trabalho abre janelas para aprofundamentos que podem ser desenvolvidos, como a identificação da formação desses agentes, suas redes e formas de atuação na cidade, bem como nas cidades vizinhas de Tiradentes, Coronel Xavier Chaves e Resende Costa. Tema que carece de aprofundamento mas que pode revelar como se deram os ecos da arquitetura moderna na construção dessas cidades pequenas e médias do interior do estado.

O IPHAN e a arquitetura moderna: casos emblemáticos no centro histórico

As pesquisas sobre a atuação do IPHAN nos conjuntos tombados³ demonstram que o órgão, no geral, adotou e perpetuou uma postura de retomada estilística, fazendo com que exemplares de arquitetura eclética, ou outros estilos diferentes do colonial, fossem perdidos para a constituição de um conjunto homogêneo, notadamente de estilo colonial.

Na pesquisa realizada no arquivo do IPHAN sobre os processos de construção e reforma de edificações dentro do perímetro de tombamento, verificamos que, em São João del-Rei, isso se deu de forma diferente para exemplares da arquitetura institucional. Os casos analisados - Centro de Saúde e Conservatório Estadual de Música, ambos inaugurados em 1960 pelo governo mineiro de Bias Fortes⁴, demonstram que os técnicos do IPHAN preocuparam-se na construção - no caso do Centro de Saúde, e na manutenção - no caso do Conservatório Estadual de Música, de traços modernos, característicos à produção arquitetônica daquele tempo. Acrescenta-se às edificações como casos emblemáticos, a reforma do prédio da agência do Banco do Brasil, um pouco mais tardia (entrada do processo para aprovação de construção junto à prefeitura em 1977).

O Centro de Saúde foi construído no local onde havia a antiga cadeia pública da cidade. O jornal O Correio relata sua construção enfatizando seu aspecto moderno e qualificando pejorativamente a antiga cadeia:

[...] e já se encontram bem adiantadas, erguendo-se os alicerces a alguns metros de altura em toda a extensão do edifício (sic) que toma quase todo um quarteirão na Praça Carlos Gomes, *no local da antiga e inestética cadeia.*

Construção moderna, ampla e de vulto, representa um grande serviço a S. João del-Rei e um belo subsídio urbanístico (sic) a uma cidade cujo desenvolvimento é dos mais acentuados. (O Correio, 04 jul. 1954, grifo nosso)

Pereira (2012) afirma que a demolição da antiga cadeia para a construção do Centro de Saúde, apesar de estar no perímetro de tombamento, não foi impedida pelo IPHAN. O que ocorreu na época de sua construção, segundo o autor, foi um entendimento entre o serviço de saúde do estado de Minas Gerais e o IPHAN, na pessoa de Sylvio de Vasconcellos (Chefe do 3º distrito), para convergirem para a melhor solução projetual e que assim a edificação fosse construída.

³ MOTTA, 1987; D'ASSUMPÇÃO, 1995; GONÇALVES, 2010; MANGILI, 1995; DIAS, 2017.

⁴ Segundo os jornais consultados (Diário do Comércio e O Correio), no período das duas inaugurações Tancredo Neves ocupava o cargo de secretário estadual de finanças.



A elaboração de projetos de arquitetura pelos próprios técnicos do IPHAN, alterando projetos apresentados e “adequando-os” ao “estilo patrimônio”, foi prática corrente no órgão. Em Diamantina, o IPHAN alterou o projeto para a nova sede regional do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, a ser construído na cidade, para que “não rompesse ‘a harmonia e o encanto antigo’ do conjunto urbano, pois não eram permitidos ‘prédios com fachadas obedecendo à arte nova’ (ANDRADE, 1942 *apud* GONÇALVES, 2010, p. 110). À “arte nova”, Rodrigo Melo Franco de Andrade referia-se ao art-déco, estilo muito usado pelos Correios e Telégrafos na primeira década do século XX.

Em São João del-Rei, o projeto apresentado para o Centro de Saúde chegou a ser reelaborado por Gilson de Paula, arquiteto da Secretaria de Saúde e Assistência, sob a supervisão de Sylvio de Vasconcelos (PEREIRA, 2009, p. 149-151). Porém, nesse caso ocorre o oposto: a arquitetura proposta por Vasconcelos é sóbria e usa de elementos modernos, como os pilotis.

O Conservatório Estadual de Música, instalado em 1953 e com sua atual sede inaugurada em 1960 pelo governo do estado, tem sua construção descrita com entusiasmo pelos jornais:

Em excelente localização, o edifício já se encontra em fase de acabamento, com todo o arcabouço pronto e rebocado. Situa-se o prédio naquê (sic) recanto maravilhoso de S. João del-Rei, que é o Largo de São Francisco, tendo sido edificado atrás da vestuta e elegante construção (também reformada) que foi o solar do Barão de S. João del-Rei. *O estilo da construção é o moderno. Edificação leve, sôbre pelotis (sic), caracteriza-se pela aeração excelente e iluminação abundante em tôdas (sic) as salas.[...]* (O Correio, 13 mar. 1960, grifo nosso)

No arquivo de processos do IPHAN foi possível notar que foram endereçadas ao instituto solicitações de obras e reformas na referida edificação nos anos 2002, 2008, 2010, 2013, 2015 e 2016. Cabe ressaltar que pelo arquivo só foram apresentados projetos arquitetônicos em 2010, 2015 e 2016, sendo aprovados para execução os de 2010 e 2016.

A edificação, como mostrada pelas sucessivas solicitações, necessita de constantes adequações. Essas adequações, na maioria das vezes, perpassam por pequenas reformas e alterações internas; porém, uma delas, realizada em 2002, alterou substancialmente a fachada do edifício (Figura 2). O mais curioso, entretanto, é que a aprovação da alteração constituiu-se como um equívoco do órgão de preservação.



Figura 2: Colagem de fotografias do Conservatório. A fotografia menor é do momento da construção do edifício, nota-se a abertura dos panos de fachada através das quais se vêem os pilotis, bem como a cobertura em laje plana. Na imagem maior o mesmo prédio atualmente, com janelas em guilhotina e o telhado colonial.
Fonte: Acervo do Museu Regional de São João del-Rei/IBRAM (fotografia menor) e acervo de Matheus Nogueira (fotografia maior).

O Conservatório, nesse ano, solicitou a aprovação de uma obra como “pequenas obras”, categoria na qual o IPHAN não exigia a apresentação de projetos. Essa reforma foi erroneamente aprovada, visto que propunha a remoção das janelas em fita – características do modernismo – e sua substituição por janelas em guilhotina (comuns em edificações coloniais), como também a execução de telhado colonial. O mencionado equívoco deu-se porque uma obra desse vulto jamais poderia entrar no rol das “pequenas obras”, e sim ser protocolada como reforma, o que demandaria apresentação de projeto arquitetônico e poderia, assim, facilitar a análise do técnico.

Outro equívoco que se observa é que, neste caso, o responsável à frente do escritório técnico naquele momento não era um técnico especializado, arquiteto, e sim historiador. Sem entrar no mérito da competência profissional, o fato nos revela as deficiências do órgão e como tais deficiências contribuem para a descaracterização do patrimônio e, nesse caso, da arquitetura moderna.

No laudo de vistoria 003/03 do Escritório Técnico do IPHAN em São João del-Rei, o instituto declara que a mudança na fachada visava, segundo os administradores do edifício, “adequar o imóvel ao conjunto tombado”. E, segundo o MEMO/GAB/13ª SR/IPHAN-MG nº. 098/03 houve sim a entrega de croquis demonstrando a substituição das janelas em fita pelas esquadrias em guilhotina, apesar de não serem encontrados hoje na pasta da edificação.

A alteração da fachada provocou certo incômodo na população mais especializada, conforme o artigo do arquiteto e urbanista Ralf Flôres, intitulado “Indústria do patrimônio: fabricando cenários”, da Gazeta de São João del-Rei, em que o autor afirma:



Não é correto mascarar a concepção contemporânea de arquitetura, pois nada melhor do que poder observar, lado a lado, obras criadas por homens de épocas diferentes. O pastiche, ao invés de proteger a cultura, impede que parte dela se manifeste.

Em São João del-Rei, há uma crença que restringe o valor histórico e artístico ao período da produção colonial e se esquece de que a cidade está viva, guardando em seu conjunto elementos que caracterizam o desenvolvimento cultural e social de um povo. (Gazeta de São João del-Rei, 15 fev. 2003)

Possivelmente foi devido a essa publicação que o IPHAN tentou embargar a obra, dizendo que a mesma não seguia a aprovação inicial. O funcionário à frente do escritório técnico enviou uma informação técnica à superintendência, solicitando a notificação da Secretaria Estadual de Educação, responsável pelo imóvel. A tentativa não teve êxito e o equívoco da aprovação foi verificado pela superintendência, que constatou que a substituição das esquadrias estava listada no pedido de aprovação das “pequenas obras”, e, uma vez autorizada, não se poderia voltar atrás. Hoje, ao menos há o testemunho das janelas na fachada posterior, que não foi alterada.

É interessante notar que, neste momento, a superintendência do IPHAN mostrou-se desfavorável à mudança das esquadrias, demonstrando o entendimento de conservação de estilos de diferentes épocas, fato que não era a prática corrente do órgão. No memorando n. 098/03 GAB/13ª SR/IPHAN afirma que “Acrescento que as (sic) citada alteração na fachada não teria sido aprovada por estar em desacordo com critérios de intervenção adotados por esta Superintendência Regional e pelo IPHAN, de modo geral.”

O dano causado pela substituição é grave, pois altera muito a composição da fachada, perdendo as intenções projetuais originais que compunham o estilo da edificação. Moreira (2011, p.32, grifo original) diz que “os valores da arquitetura moderna, entretanto, residem não apenas em sua materialidade, mas sobretudo na forma como esse materiais são articulados na criação do espaço.”

As intenções projetuais do edifício são perdidas em certa parte quando da substituição das esquadrias. Isso pode gerar, e de fato gerou equívocos na identificação do estilo da construção. No Parecer Técnico nº. 39 de 2015 observa-se que uma técnica do próprio IPHAN, ao analisar mais uma solicitação para reforma, considera e descreve a edificação como sendo “em estilo neocolonial, desenvolvida em três pavimentos”.

O caso da agência do Banco do Brasil está no mesmo contexto de atuação para “modernização” de São João del-Rei. A atual sede, na Rua Hermílio Alves (a antiga era na Avenida Tiradentes) foi construída em um momento de apatia dos órgãos de patrimônio: o IPHAN ficou sem arquiteto ligado ao escritório técnico entre 1968 e 1976 e a cidade não possuía normas edilícias fora da área tombada - o tombamento em âmbito municipal, com delimitação de áreas de tombamento e entorno, só veio a ocorrer por meio da Lei nº. 2007 de 1983, ou seja, após a construção da nova sede bancária (ANDRADE, 2013).

Em consulta aos arquivos do escritório técnico do IPHAN em São João del-Rei são vistos alguns pedidos de obras e reformas no prédio – submissões de análise ao IPHAN pela edificação estar no entorno do conjunto arquitetônico e urbanístico da cidade e do complexo ferroviário. O ponto que cabe ressaltar é o projeto apresentado por volta dos anos 2006, em que o escritório técnico, no ofício n.103/06/13ªSR/IPHAN/ETSJ, questiona o volume altimétrico gerado pelo projeto, mas não questiona os elementos classicizantes, como o beiral em cimalha proposto, e ainda sugere, por meio de croqui feito pelo próprio escritório, a mudança dos arcos do coroamento, passando a ser em retângulos.



Considerações finais

Nossa hipótese é que a atuação do IPHAN ao longo de décadas, postulando a retomada do estilo colonial acaba por criar uma cultura em que as soluções classicizantes passam a ser constantemente propostas pelos próprios profissionais ao submeterem projetos para aprovação. Os três casos aqui analisados demonstram que não há homogeneidade de conduta institucional no IPHAN, e que os critérios ficam estabelecidos por cada técnico.

Quanto às respostas perseguidas por esta pesquisa, evidencia-se que a prática já consolidada (do órgão de preservação) acaba criando entre os profissionais da cidade e a população no geral uma cultura de retomada estilística, e o entendimento de que ela deve ser aplicada apenas para algumas tipologias - notadamente a residencial - exclusivamente da área tombada. Nesse processo de valorização exclusiva do colonial, a arquitetura representativa de outros períodos históricos torna-se menos valorizada, ficando suscetível a descaracterizações que estão, de certa forma, mais controladas nas edificações em estilo colonial.

Por fim, insinua-se como conclusão, de forma ainda incipiente, que a produção da cidade, nas décadas de 1940 a 1960, fica a cargo de poucos profissionais, alguns aqui identificados, ligados a construtoras da cidade e também inseridos nas secretarias de governo. A pesquisa de identificação desses agentes, suas redes e formas de atuação na cidade carece de aprofundamento e é tema que poderá ser desenvolvido a posteriori.

Referências

- ABREU, L. S.; DIAS, D. N.; SILVA, S. A. F. Inventário do patrimônio arquitetônico e paisagístico de São João del-Rei. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. **Anais...** Ouro Preto, 2016.
- ALVES, C. A. A opinião da cidade sobre o tombamento feito pelo S. P. H. A. N. **Diário do Comércio**. São João del-Rei, 25 abr.1946.
- ANDRADE, M. F. d. **O tombamento dos bens arquitetônicos e urbanísticos de São João del-Rei: embates em torno da preservação e do progresso**. 2013. 224 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo.
- ANDRADE, R. M. F. d. **Termo de declaração**, em 10/08/1942. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro – Série Obras, n. 480, Cx. 105.
- CARVALHO, H.B. Aparência de São João del-Rei. **Diário do Comércio**, São João del-Rei, p.1, 03 fev. 1955.
- D´ASSUMPÇÃO, L. R. **Preservação urbana em Diamantina**. Aspectos teóricos e a prática institucional (1938-1970). Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1995.
- DIAS, D. N. **Por um colonial às custas do eclético**: repercussões modernistas na ação do SPHAN em São João del-Rei entre 1938 e 1969. Trabalho Final de Graduação – Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del-Rei, 2017.
- FLÔRES, R. J. C. **São João del-Rei: tensões e conflitos na articulação entre o passado e o progresso**. 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.
- FLÔRES, R. J. C. Indústria do patrimônio: fabricando cenários. **Gazeta de São João del-Rei**, São João del-Rei, 15 fev. 2003.
- GONÇALVES, C. S. **Experimentações em Diamantina**: um estudo sobre a atuação do SPHAN no conjunto urbano tombado 1938/1967. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.



GUIMARÃES, M. V. T. **Casario imperial**: arquitetura urbana em transformação – São João del-Rei, c. 1810-1880. Tese (Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. Laudo de vistoria, n. 003. São João del-Rei, 2003.

_____. Memorando, n. 098. Belo Horizonte, 2003.

_____. Ofício, n. 103. São João del-Rei, 2006.

_____. Parecer técnico, n. 39. São João del-Rei, 2015.

JOKILEHTO, Jukka. Continuity and change in recent heritage. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.). **World Heritage papers, 5 Identification and Documentation of modern heritage**. Paris: UNESCO/WHC, 2003. p. 101-109.

LARA, F. L. **Excepcionalidade do modernismo brasileiro**. São Paulo: Romano Guerra; Austin: Nhamerica, 2018.

LIMA, F.D.G. Conservatório. **O Correio**, São João del-Rei, 13 mar. 1960.

MANGILI, L. P. **Anseios, dissonâncias, enfrentamentos**: o lugar e a trajetória do patrimônio em Lençóis (BA). Tese [doutorado em arquitetura e urbanismo], Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

MANGILI, L. P.; NOGUEIRA, M. N. Percalços na conservação da arquitetura moderna frente ao patrimônio colonial: o caso de São João del-Rei/MG. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO 2018 - ICOMOS BRASIL, 2., 2018, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2018. p. 7350-7373.

MEC/SPHAN/FNPM. **Proteção e revitalização do patrimônio histórico e artístico no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC, 1980. Disponível em:
<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=531>>>. Acesso em: 30 jan. 2014.

MOREIRA, F. D. Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna. In: **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 152-187, nov. 2010/abr. 2011.

MOTTA, L. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** nº 22. Rio de Janeiro: IPHAN, 1987.

OPORTUNO balanço de realizações. **O Correio**, São João del-Rei, 04 jul. 1954.

PEREIRA, H. N. **Permanência e transformações nas cidades-monumento**: teatro social e jogos de poder (São João del-Rei, 1937-1967). 2009. 303 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

PESSÔA, J. **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

SÃO JOÃO DEL-REI. Lei nº. 235, de 11 de agosto de 1952.

_____. Lei nº. 2.007, de 07 de dezembro de 1983.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. São Paulo: EDUSP, 1999.

TAVARES, D. P. **O tombamento do conjunto arquitetônico e urbanístico de São João del-Rei**: negociação e conflito entre projetos de apropriação e uso do patrimônio cultural (1938 – 1967). 2012. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

XAVIER, A. **Arquitetura Moderna Brasileira**: Depoimento de uma geração. São Paulo: Editora Pini; Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura: Fundação Vilanova Artigas, 1987.